

CONJUNTURA

CRISE ECONÔMICA E PANDÊMICA: CAPITALISMO DESCARREGA SUA CRISE SOBRE AS COSTAS DOS TRABALHADORES E AS DIREÇÕES SINDICAIS E POLÍTICAS COLABORAM COM CAPITALISTAS E GOVERNOS

Após dois anos de pandemia, a maioria enfrenta o aumento do desemprego, da miséria e do custo de vida. Além da continuidade das mortes por covid, a recessão aberta em 2020, com queda no PIB de 3,90%, volta a assombrar a economia em 2022, cujo crescimento está estimado entre 0,50% a 1% apenas, depois do crescimento de 4,50% em 2021. A guerra na Ucrânia já começou a mostrar os impactos na economia mundial, o que agravará as condições da maioria explorada.

O certo é que, com o arrefecimento ou não da pandemia, a crise econômica continuará forte no país, refletindo a crise geral capitalista. Isso significa que os mais de 13 milhões de desempregados atuais, e as dezenas de milhões de subempregados continuarão amargando a situação de pobreza e de miséria, que cresceu no último período. Mais do que isso, as dezenas de milhões de trabalhadores, empregados, desempregados ou subempregados, enfrentarão a piora nas condições de vida em uma conjuntura de contrarreformas, rebaixamento geral do valor da força de trabalho e colaboração de classe das direções dos sindicatos, dos movimentos e dos partidos de esquerda com os capitalistas e os governos.

Aumento da miséria, redução salarial, fechamento de fábricas e postos de trabalho, diminuição de verbas nos serviços sociais – o que enfrentaram os explorados e como colaboraram as direções políticas

Ainda que o ano de 2020 tenha iniciado com a perspectiva de lutas (greves já em fevereiro), o desmonte do ato nacional de 18 de Março evidenciou como se construiria a “unidade nacional” entre direções políticas, governos e capitalistas em torno ao combate da pandemia. Mesmo sem um Plano Emergencial para a defesa dos mais pobres e miseráveis, mesmo sem garantias em relação aos empregos e aos salários, as direções dos sindicatos, dos movimentos sociais e dos partidos de esquerda atenderam ao chamado dos governos burgueses para fechar os sindicatos, não organizar as lutas, desmontar as mobilizações e, assim, executar a política burguesa do isolamento social. É bom lembrar, inclusive, que, para o dia 18 de Março, estava marcada a Greve Nacional da Educação, que o SINASEFE convocou, juntamente com CNTE, FASUBRA e ANDES-SN. Com o desmonte do dia 18 de Março, tanto a greve geral dos trabalhadores, quanto a greve da educação são desmontadas, sem que houvesse qualquer perspectiva no atendimento das demandas e reivindicações que levaram à convocação destas greves. A política imposta pelos governos, e aceita pelas direções sindicais, quebra os movimentos e abre caminho para as medidas de ataques de governos e capitalistas.

Obviamente, a maior parte dos explorados, das famílias pobres que se amontoam nas periferias das grandes cidades, não puderam vivenciar o isolamento social, medida científica manejada ideologicamente para favorecer aos governos e aos capitalistas que já enfrentavam uma situação de crise política e econômica anterior à pandemia. Sem poder “ficar em casa”, como a classe média e a classe burguesa, e sem um Plano Emergencial, os mais pobres compuseram a maior parte dos já mais de 630 mil mortos pela doença, além de enfrentar o desemprego, o aumento da carestia de vida, a fome e a

miséria crescentes. Em abril de 2021, se estimava que o número de brasileiros vivendo abaixo da linha de pobreza havia triplicado no último ano, cerca de 27 milhões de pessoas. Em janeiro de 2022, o número dos que viviam na extrema pobreza, com menos de U\$1,90 por dia, era de 13,5 milhões, o maior número da última década (desde 2012). Mas para as direções sindicais, partidárias e dos movimentos sociais era preciso apenas manter a política do “fique em casa” e iniciar campanhas de “solidariedade”.

Em março de 2020, fecham-se os sindicatos, desmonta-se o Dia Nacional de Luta e, em abril, o governo federal já apresenta a Medida Provisória 936, com o objetivo de proteger os capitalistas e rebaixar o valor da força de trabalho, com a suspensão e/ou diminuição das jornadas e redução salarial. Acordos de redução salarial, de rebaixamento do valor da força de trabalho, imperaram em todo o país. Até dezembro de 2020, mais de 20 milhões de acordos foram celebrados. A MP foi transformada em Lei 14020/2020 e depois prorrogada até agosto de 2021, quando cessou. Segundo dados da execução orçamentária do governo federal, mais de 32 bilhões de reais foram pagos para o “Benefício Emergencial”, aliviando as despesas de capitalistas, enquanto abria espaço para a suspensão dos contratos e a já permanente redução do valor da força de trabalho (no terceiro trimestre de 2021, a renda média dos trabalhadores era a menor desde 2012). Importa aqui relatar o caso da MP 936 porque, por meio dela, manifestou-se com clareza a colaboração de classes. Todas as Centrais e sindicatos, das mais direitistas, como UGT e Força Sindical, passando pela CUT e CTB, aos mais esquerdistas, como a CSP-Conlutas, - TODAS montaram as farsas das “assembleias virtuais” para aprovar os acordos de redução salarial. Sob as mais diferentes justificativas, todas se prostraram diante do governo federal e dos capitalistas, aceitando o aumento da exploração do trabalho, contribuindo para a redução histórica do valor da força de trabalho e para a destruição de direitos, solidificando as medidas ligadas à Reforma Trabalhista aprovada ainda em 2017. Bandeiras históricas, como redução da jornada sem redução salarial, foram definitivamente abandonadas em nome de uma suposta “defesa dos empregos”. Nada poderia ser mais mentiroso. Em 2020, os desempregados e os subempregados representavam já mais de 50% da força de trabalho do país.

Em junho de 2020, influenciados por movimentos de luta em outros países, como o “Black Lives Matter” dos EUA, torcidas organizadas saíram em São Paulo em manifestações contra o governo. Estiveram isoladas e não conseguiram romper a camisa de força do imobilismo. Em agosto de 2020, estouraram as greves na Renault e, em seguida, a dos trabalhadores dos Correios. A greve na Renault mostrava que a classe operária precisava e podia se levantar para lutar contra o fechamento de fábricas e a destruição de postos de trabalho. Ambas as greves ficaram – também – isoladas. A traição das direções sindicais chegou a tal ponto que, mesmo com os trabalhadores se contaminando no trabalho presencial, as direções realizavam as assembleias de greve de forma “virtual”, como ocorreu no caso do Correios, em São Paulo e no Rio de Janeiro, nos sindicatos dirigidos pela CTB (FINDECT). Ainda que isoladas, as duas greves, da classe operária e de um setor proletarizado, o dos Correios, revelavam que era possível romper o temor real e o terror ideológico criado pela campanha unitária do “fique em casa”: uma verdadeira hipocrisia em relação a estes trabalhadores que mantinham as atividades produtivas e eram duramente golpeados em seus direitos, salários e empregos.

As demissões no interior das fábricas e na classe operária, coração da produção capitalista, puxaram o desemprego geral no país. Em fins de 2020, o desemprego, em números oficiais, atingia 13,5% da população, contra os 11,9% de 2019. Em janeiro de 2021, a Ford resolveu fechar o conjunto de suas plantas industriais no país, o que provocaria um desemprego entre trabalhadores diretos e indiretos na ordem de 120 mil postos de trabalho. Mais uma greve isolada, mais lamentações das burocracias sindicais, de diferentes matizes políticos, e a aceitação passiva do desemprego em massa. Em Taubaté, os burocratas da CUT culpavam os operários por terem elegido Bolsonaro e apontavam a saída para 2022, como em todos os movimentos isolados que ocorreram ao longo dos últimos dois anos.

Se os trabalhadores sofreram com as demissões e o rebaixamento salarial, o conjunto da população também viu minguarem os recursos dos serviços sociais básicos, como educação, infraestrutura e até saúde. Em 2020, a dotação de 143,3 bilhões de reais para o Ministério da Educação era já 12 bilhões menor que o do ano anterior (155,9 bilhões de reais). Em 2021, o valor de 145,7 bilhões de reais não repôs os valores perdidos, mantendo os menores recursos de investimento da última década na educação básica, por exemplo. A crise nas agências de fomento à pesquisa como CNPQ e CAPES também revelou o impacto da retirada de verbas para o setor de ciência e tecnologia. Em fins de 2021, bolsas de

formação docente, distribuídas por meio de Programas como Residência Pedagógica e Iniciação à Docência, da CAPES, tiveram seus pagamentos atrasados por até dois meses, afetando mais de 60 mil estudantes no país. Ainda no final do ano, discutia-se o impacto do não descontingenciamento de mais de 600 milhões de reais para o Ministério de Ciência e Tecnologia, o que impactaria diretamente editais de bolsas da CNPq.

Embora estudantes de diferentes partes do país tenham realizado mobilizações contra estes cortes e seus impactos na política de assistência estudantil, duramente golpeada no período em que as universidades estiveram fechadas, eles também ficaram isolados, sem poder contar com a ação centralizada das entidades estudantis e o apoio dos movimentos sindicais dos trabalhadores da educação que, em uníssono, “respeitavam” a orientação dos governos burgueses para não realizar assembleias e manifestações de rua.

Em 2021, essa conjuntura de ataques, de piora nas condições de vida, de atraso na distribuição das vacinas, de desemprego e aumento do custo de vida, levou parcelas da juventude e de setores da pequena burguesia às ruas em atos nacionais. No dia 29 de maio, rompia-se com a política burguesa do isolamento social. Mesmo que os números da pandemia estivessem ainda altos e a vacinação ocorresse lentamente, as direções dos sindicatos, dos movimentos e dos partidos políticos tiveram que participar dos atos multitudinários de rua. Por meio deles, as direções, inclusive direção nacional do SINASEFE, buscaram reanimar a Campanha do “Fora Bolsonaro”, que esteve adormecida por todo o ano anterior.

As direções buscaram canalizar o instinto de revolta dos trabalhadores e da juventude das grandes cidades para a disputa interburguesa que ocorria no Senado, por meio da CPI da Covid-19. Acreditavam que poderiam potencializar o impeachment de Bolsonaro. Gostariam de utilizar o mesmo mecanismo autoritário que golpearia Dilma Rousseff em 2016, agora contra o “genocida”. O desejo das direções políticas esteve, no entanto, sempre subordinado aos atritos entre o governo e os parlamentares e os governadores dos estados. Com o naufrágio da CPI, restou apenas a saída eleitoral. E a frente pelo impeachment se transformou em uma tentativa de frente ampla para a corrida eleitoral de 2022, malgrado o desespero dos mais esquerdistas que não queriam no palanque das manifestações de rua políticos burgueses como Ciro Gomes. A tentativa de “esquerdizar” o “Fora Bolsonaro” mostrou apenas a impotência de correntes como PSOL, PCB, PSTU ou PCO e de uma Central, como a CSP-Conlutas, que colaboraram, na prática, com PT e CUT para aplinar o caminho da disputa eleitoral, potenciando a candidatura de Lula, como uma “inevitabilidade” diante do fracasso do impeachment. As reivindicações de salário, de emprego, e de defesa dos direitos nunca estiveram no centro da direção política dos atos nacionais, traíndo, assim, um movimento que poderia iniciar a marcha para colocar contra a parede o governo Bolsonaro e os capitalistas e, de fato, defender a vida das massas das consequências das crises econômica e pandêmica.

Durante o último ano, vimos também a disputa interburguesa em torno das vacinas e como as direções também silenciaram diante da guerra comercial entre as potências no que se referia à fabricação e à distribuição das vacinas pelo planeta. Houve, dentro do espírito da campanha eleitoral prematura, a crítica recorrente ao governo Bolsonaro quanto ao atraso na compra das vacinas, o que é verdadeiro, mas obscureceu-se que, por detrás da questão político-administrativa, havia e há o interesse dos grandes monopólios farmacêuticos que estão ganhando rios de dinheiro com as vacinas superfaturadas e represando a distribuição nos países mais pobres, sobretudo, do continente africano que até 31 de dezembro de 2021 havia vacinado menos de 10% de toda sua população com as duas doses. Isto é, o problema fundamental, ligado à propriedade privada dos meios de produção e o que significa de mortandade no atual momento, é omitido para que a demagógica campanha entre os partidos burgueses se potencialize, colocando o problema da fabricação e distribuição das vacinas como meramente gerencial e não como parte da barbárie produzida pelo sistema capitalista. A guerra comercial entre EUA, China e potências europeias manifestou-se na corrida pela descoberta e fabricação das vacinas. Realizada a descoberta, a sua distribuição é determinada pelo poder econômico de cada nação e não pelos posicionamentos ideológicos dos governos burgueses. Essa constatação que deveria dirigir toda a denúncia da política de Bolsonaro no Brasil é secundarizada em uma campanha eleitoral em torno de Bolsonaro “genocida”, que, colocado no quadro dos líderes das potências imperialistas, mesmo as mais “democráticas”, é apenas uma marionete do grande capital internacional.

A luta pela independência política

Com a colaboração de classes dos últimos dois anos, parece mais fácil agora arregimentar as massas trabalhadoras para as eleições de 2022. Criaram-se as condições políticas para fazer crer que a única saída, a única solução para os problemas do desemprego, dos baixos salários, da destruição dos serviços públicos, da fome e da miséria é a eleição de um novo governo burguês.

Não importa se este novo governo será o velho governo reformista do PT, que atuou por mais de uma década retirando direitos (a exemplo da Reforma da Previdência de 2003), entregando o patrimônio público (a exemplo das concessões de rodovias, aeroportos e de parte da Petrobrás), mantendo o parasitismo financeiro (com os maiores percentuais de superávit primário para pagamento de juros e amortizações da dívida pública). Também não importa se a crise econômica mundial e se os atritos provocados pela guerra comercial entre as potências imperialistas obrigarão o novo governo burguês a manter a política de austeridade fiscal, de destruição de direitos, de entrega de patrimônio e de riquezas naturais. Cessam as leis históricas, cessa a compreensão da crise atual do capitalismo, para alimentar a velha ilusão de que o problema do país é apenas administrativo. Que as massas saíam da fome, da miséria, do desemprego por meio de um novo governo burguês. Os petistas têm este discurso pronto há anos. Os esquerdistas que apoiam, envergonhadamente, os petistas defenderão a tese do “mal menor”, da necessidade de lutar contra o “fascismo” e aí apoiarão as candidaturas petistas e a candidatura do caudilho Lula. Tentarão – mais uma vez – arrastar os sindicatos para dirigir suas forças para as eleições de 2022, buscarão arrastar os trabalhadores a votar na frente ampla em “defesa da democracia”. Enquanto isso, todos os problemas permanecerão. As massas famintas amargarão mais um ano de miséria com a promessa de que “em 2023 as coisas começarão a mudar”.

A questão da Dívida Pública, que não é apenas conjuntural, mas se tornou um elemento estrutural na dinâmica de opressão dos países imperialistas sobre os países atrasados, de imposição da política do capital financeiro e parasitário sobre o conjunto das nações, também não aparecerá como central na discussão que os reformistas farão, no próximo período, para defender a candidatura da “frente ampla” contra Bolsonaro. Não podem entrar na discussão da Dívida Pública (que todos buscam rejeitar fora do período eleitoral, apoiados nos dados anuais da “Auditoria Cidadã da Dívida”), porque nenhuma candidatura se colocará frontalmente contra este pilar do parasitismo financeiro, que saqueia o país ano após ano. A suspensão ou não pagamento da Dívida Pública que diferenciaria mais substancialmente as candidaturas, da direita ou da esquerda, não aparece como uma reivindicação no ano eleitoral, porque nenhuma candidatura, mesmo a do caudilho Lula, poderá erguê-la. A discussão sobre “corrupção” ou sobre “democracia” ludibriarão a discussão de fundo que é o da subordinação, de qualquer candidatura, às diretrizes do capital financeiro e de submissão ao imperialismo.

Este caminho – o da colaboração de classe, o de traição das reivindicações imediatas, de suspensão das lutas – é o caminho de destruição da independência de classe dos sindicatos. Mesmo que a direção do SINASEFE, com membros do PSOL e PSTU, não afirme textualmente que apoiará a candidatura do campo “progressista”, trabalhará para que tal candidatura vença. Assim, como recentemente, nos dois últimos anos, embora condenasse, em discurso, o ensino remoto imposto pelos governos e capitalistas às escolas e às universidades, não levantou nenhuma campanha que mobilizasse os professores para se opor ao ensino remoto. Não queria se opor a uma ala expressiva da categoria que incorporou o lema do “fique em casa”, tornado um privilégio, diante da impossibilidade de ser usufruído pela maioria da população, e aceitou o ônus do home office, e não se dispôs a enfrentar o governo. A imposição do ensino remoto, bem como a imposição agora do retorno presencial, não contou com qualquer resistência da categoria organizada.

Agora, passados quase dois anos desde o início desta política, quando os sindicatos ficaram fechados e os governos e os capitalistas aplicaram as medidas de ataque à vida das massas, veremos dezenas, centenas, milhares de dirigentes sindicais se jogando na disputa eleitoral, na campanha por votos, embarcando no campo próprio da burguesia, que são suas eleições regulares. Este Congresso, portanto, tem um papel importante ao afirmar a independência de classe frente as eleições burguesas, o que significa trabalhar desde já para erguer um movimento nacional em defesa dos salários, dos empregos e dos direitos. A frente que deve ser erguida é a frente única sindical que busca a unidade de todos os trabalhadores em torno de reivindicações elementares e concretas, a exemplo dos reajustes de

salários, de aumento de verbas para os serviços públicos, de luta contra o desemprego e as privatizações e em defesa dos direitos sociais e trabalhistas.

A Corrente Proletária na Educação/POR defendeu nos últimos dois anos que é preciso, enquanto perdurar a pandemia, que seja levantado um Plano Emergencial de defesa das massas, uma Carta de Reivindicações que, apoiada no eixo de defesa dos empregos, dos salários e dos direitos, busque erguer os Comitês de Mobilização em cada setor de trabalho, em cada região, município ou estado. Entre as reivindicações que podem constar no Plano Emergencial e na Carta de Reivindicações podem estar medidas como a) Abertura imediata de empregos, reduzindo a jornada de trabalho sem reduzir os salários; e estabilidade no emprego; b) Readmissão de todos os demitidos durante a Pandemia; c) Estatização das fábricas fechadas, readmissão de todos os demitidos e controle operário da produção; d) Recuperação das perdas e aumento real dos salários, com escala móvel de reajuste; e) Salário mínimo vital; f) Fim de todas as medidas emergenciais do governo e do Congresso Nacional, que reduziram os salários, suspenderam contratos e eliminaram direitos trabalhistas; g) Auxílio emergencial de acordo com o salário mínimo calculado pelo Dieese, para uma família de 4 pessoas; h) Fim dos despejos e pela construção imediata de moradias populares. Trata-se de um Plano Emergencial, porque a pandemia não acabou e não deve acabar enquanto a vacinação e as medidas sanitárias, em nível mundial, forem ditadas pelo grande capital e pelas potências. E trata-se uma Carta de Reivindicações, porque ela deve orientar a luta dos explorados contra os capitalistas e os governos, garantindo, assim, a independência de classe, não apenas no discurso, mas na prática das mobilizações. Obviamente, tais reivindicações são parte do método de luta pela independência, que se constrói com a organização das Assembleias presenciais em cada setor e, a partir das demandas concretas, construídas na unidade do conjunto dos trabalhadores.

Pela independência política dos sindicatos e do SINASEFE: nenhum apoio às candidaturas burguesas das eleições de 2022!

Por um Plano Emergencial, organizado a partir das assembleias presenciais, enquanto perdurar a pandemia! Por um Carta de Reivindicações Unitária, dirigida aos governos e patronato, que defenda os empregos, os salários, os direitos e contra as privatizações!

Pela luta contra o pagamento da Dívida Pública!

Resolução sobre a Guerra na Ucrânia

A guerra na Ucrânia resultou do cerco imperialista imposto a Rússia pelos EUA e a OTAN, após a dissolução da URSS em 1991. Rapidamente, as ex-repúblicas populares e as ex-soviéticas desmembradas da Rússia foram incorporadas à OTAN e instalaram bases militares direcionadas contra Rússia.

Os EUA empurraram o governo Zelenski a provocar a ocupação russa, mantendo a disposição de colocar também a Ucrânia na OTAN. Zelenski, mesmo sabendo que não contaria com tropas da OTAN para se defender, fez o jogo do imperialismo e colocou a Ucrânia como bucha-de-canhão dos interesses imperialistas.

A responsabilidade da Rússia não está no fato de procurar se defender da ofensiva da OTAN, mas de oprimir a Ucrânia, de pisotear o seu direito à autodeterminação e de utilizar os meios e os métodos militares próprios do imperialismo.

A Ucrânia não pode libertar-se da opressão nacional da Rússia, submetendo-se aos maiores opressores do mundo, que são os Estados Unidos e as potências europeias. E a Rússia não tem como se defender do cerco imperialista norte-americano do pós-guerra e do fim da URSS, submetendo as ex-repúblicas soviéticas.

O 34º Congresso do SINASEFE, em face do conflito, se posiciona pelas seguintes bandeiras:

- **Abaixo as medidas econômicas e financeiras de Biden contra a Rússia e a economia mundial!**
- **Pelo desmantelamento da OTAN!**
- **Pelo fim das bases militares dos Estados Unidos na Europa e no mundo!**
- **Retirada das Forças Armadas russas da Ucrânia!**

- Pela autodeterminação e unidade territorial da Ucrânia!

EDUCAÇÃO

PLANO DE LUTAS DOS IFs: RESPONDER AO ARROCHO SALARIAL, CORTES ORÇAMENTÁRIOS, PRIVATISMO, INTERVENCIONISMO, ENSINO A DISTÂNCIA E CONTRARREFORMAS COM A DEFESA DA AUTONOMIA, FINANCIAMENTO INTEGRAL POR PARTE DO ESTADO E EXPROPRIAÇÃO DA REDE PRIVADA DE ENSINO

O movimento dos servidores dos Institutos Federais (IFs) tem o desafio de articular uma resposta coletiva aos ataques, em vários níveis, que a Educação, o funcionalismo público e os trabalhadores, de forma geral, estão sofrendo, todos eles agravados sob o cenário de crise econômica e pandêmica. Temos como questões prioritárias: 1) Erguer a luta pelos salários, corroídos pela alta do custo de vida e o arrocho salarial; 2) Enfrentar os ataques aos Institutos Federais e Universidades, que podem ser sintetizados nos seguintes pontos: a) brutais cortes orçamentários; b) ampliação do privatismo interno; c) expansão do Ensino a Distância (EaD); d) aumento da ingerência do governo federal; 3) Lutar para derrubar e enterrar a contrarreforma administrativa e revogar a Emenda Constitucional 95 (do teto dos gastos), as contrarreformas trabalhista e previdenciária.

Estas questões demandam a recuperação das forças do movimento dos servidores e estudantes dos IFs, neutralizadas pela atomização e passividade que decorreram da política burguesa do isolamento social, materializada na aplicação do EaD e na campanha das direções sindicais e estudantis do "Fique em Casa". E pressupõem a articulação de frentes únicas em vários níveis: no âmbito dos IFs, com as assembleias e os comitês unificados de estudantes, professores e técnico-administrativos; junto ao movimento sindical do funcionalismo público dos níveis municipal, estadual e federal; em unidade com as centrais e sindicatos, em uma frente única sindical; e em busca de unificar a maioria nacional explorada e oprimida em uma frente única anti-imperialista. Estes vários níveis não são etapas separadas, mas sim buscas que devemos empreender simultaneamente para unificar e centralizar as forças dos explorados e oprimidos.

Procuraremos descrever brevemente os principais problemas que enfrentamos em cada um desses aspectos e nossas proposições.

Enfrentar os ataques aos Institutos Federais e Universidades

a) Brutais cortes orçamentários

Desde 2016, ano após ano, o orçamento da Educação vem sofrendo sucessivos cortes, agravados após a aprovação da Emenda Constitucional 95 (do Teto dos Gastos). O impacto da crise econômica mundial, deflagrada em 2007-2008, nos Estados Unidos, foi sentido no Brasil, de forma mais violenta, a partir de 2015. O governo de Dilma Rousseff procurou aplicar um ajuste fiscal e se comprometeu com a contrarreforma da previdência, porém, por ser expressão de um governo de conciliação de classes, não pôde aplicar os ataques às massas no ritmo e profundidade exigidos pelo capital financeiro. Acentuou-se a crise política e, por meio de um golpe o governo petista foi substituído pelo de Michel Temer, em 2016, que aplicou, de forma acelerada, um brutal ajuste fiscal, a contrarreforma trabalhista e também a do Ensino Médio. Como desdobramento do golpe, e ante a prisão de Lula (PT), Bolsonaro se elegeu em 2018, comprometendo-se com um programa ultraliberal de cortes orçamentários para áreas sociais e privatizações.

Um exemplo da dimensão dos cortes é o orçamento discricionário das Universidades Federais. Chegamos a 2022 com um orçamento de R\$ 5,1 bilhões, um valor nominal muito inferior ao orçamento de 2015, de R\$ 7,8 bilhões. Caso corrigíssemos esse valor conforme a inflação do período, que totalizou 42,51%, para manter o mesmo orçamento de 2015, deveríamos ter um montante de R\$ 11,2 bilhões. Ou seja, o orçamento atual equivale a 45,5% do orçamento de 2015. Além dos cortes, há outros mecanismos

de contingenciamento e atraso na liberação de recursos que fazem com que o orçamento realmente repassado e executado seja ainda menor.

Ao mesmo tempo em que as áreas sociais, como Saúde, Trabalho, Previdência, Educação, dentre outras, sofrem com o estrangulamento orçamentário, o governo Bolsonaro sustenta sua governabilidade com ampla distribuição de recursos por meio do Fundo Eleitoral, que chegou a R\$4,9 bilhões, em 2022, e de emendas parlamentares. Além dos R\$ 16,8 bilhões das emendas individuais e de bancada, foram destinados mais R\$ 16,5 bilhões para as emendas do relator (o chamado orçamento secreto). Bolsonaro também alimenta sua base política e ideológica, ampliando o orçamento para os militares, ao mesmo tempo em que pretende reverter sua impopularidade crescente com o Auxílio Brasil, medida assistencial eleitoreira que terá R\$ 89,1 bilhões em 2022. Apesar de terem um impacto enorme na distribuição orçamentária, essas fatias nem se comparam à que é destinada ao capital financeiro, por meio dos juros e amortizações da dívida pública. Dos R\$ 4,7 trilhões previstos no orçamento da União, em 2022, o valor reservado para os credores da dívida pública é de R\$ 1,9 trilhão.

b) Ampliação do privatismo interno

A expansão do privatismo, no interior das Universidades e Institutos Federais, é a outra face do estrangulamento orçamentário. As reitorias e a casta burocrática no interior dos Institutos se adaptam aos cortes, ampliando as formas de captação de recursos privados. O projeto "Future-se", apresentado pelo Ministério da Educação em julho de 2019, enfrentou grande resistência das comunidades escolares, inclusive, das reitorias. Porém, as queixas da burocracia universitária ocultam interesses bastante distintos daqueles que combatem o privatismo. As reitorias rejeitaram que Organizações Sociais passassem a gerenciar as instituições de ensino, e procuraram mostrar que já realizavam várias das modalidades de captação de recursos por meio das fundações ditas de "apoio". Uma nova versão do projeto foi apresentada à Câmara dos Deputados como PL 3.076/2020. Mesmo que sua tramitação esteja parada, as formas de privatização interna previstas no projeto seguem se expandindo, com grande ênfase no estímulo à "inovação" e ao "empreendedorismo". Ampliam-se as parcerias público-privadas; a subordinação das pesquisas a interesses de empresas, sobretudo multinacionais; a transformação da extensão em prestação de serviços; os cursos de especialização pagos; a cessão de imóveis; e a busca de editais para suprir a falta de recursos. A privatização interna é a forma de adaptação da burocracia universitária aos cortes no orçamento e, também, uma maneira pela qual parte da categoria docente dribla o arrocho salarial; ou, para uma ultraminoria, uma forma de favorecer interesses particulares às custas do nome e da estrutura das instituições públicas. Segue vigente a tarefa de derrubar o projeto "Future-se" e toda forma de privatização interna, exigindo o financiamento estatal integral das instituições de ensino, conforme o orçamento calculado pelas assembleias unificadas de servidores e estudantes.

c) Expansão do Ensino a Distância (EaD)

A combinação da crise econômica com a crise pandêmica desfraldou a aplicação massiva, e sem precedentes, do EaD em todos os níveis da educação, da educação infantil à pós-graduação. Tal movimentação confluiu com os interesses anteriores das corporações privadas de educação e tecnologia, assim como dos organismos internacionais como o Banco Mundial. Trata-se da manifestação da destruição da Educação que acompanha a fase de decomposição do capitalismo. Amplia-se o abismo entre a teoria e a prática, o abandono, pela burguesia, da educação como processo de transmissão do conhecimento acumulado pela humanidade e expansão deste, e a sua transformação, cada vez mais, em mera mercadoria, em mero campo de valorização do capital.

Com a deflagração da crise sanitária, as instituições passaram por um período de suspensão das atividades presenciais de ensino. Na medida em que se estenderam os prazos das ações de isolamento social, as administrações das Universidades e Institutos progressivamente revelaram uma posição de adesão a substituição de aulas presenciais por aulas em meios digitais, propalada pelo Governo Federal, desde o início do isolamento social, através das Portarias n. 343 de 17/03/2020 e 345 de 19/03/2020. Uma posição que explicitou como encontram-se arraigadas as concepções pedagógicas aderentes ao EaD entre as burocracias universitárias e expressivos círculos docentes.

Assim, nos meses iniciais da pandemia, as administrações dos IFs e Universidades esboçaram reticências ao uso imediato do ensino a distância (disfarçado de “ensino remoto”, “ensino virtual”, “ensino híbrido”, etc.) como meio para reativar o funcionamento das atividades de ensino. Tais resistências não se davam por quaisquer convicções de princípio sobre as consequências pedagógicas regressivas desse uso. Tampouco de uma avaliação do significado institucional e político de fortalecimento desse terreno das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), num momento em que, de um lado, os grandes monopólios que lucram com esses produtos informacionais desejam se apoderar do consumo do Estado em face da crise econômica; e, de outro lado, frente ao cenário econômico restritivo, o Governo Federal anseia que avance, e se consolide, na educação, estratégias e instrumentos de redução de recursos públicos e de produtividade do trabalho de docentes (associado ao seu controle ideológico), técnicos e terceirizados, com a finalidade de favorecer, através dessa economia, credores da dívida pública e o empresariado.

Os argumentos principais se circunscreveram aos pressupostos da garantia da isonomia nas condições de acesso e de permanência de estudantes pobres e nas dificuldades operacionais e laborais da execução do ensino virtual. Logo que se encontrou meios de remediar esses fatores, sobretudo através de assistência focalizada, seletiva e precária para acesso e uso de internet por parte de discentes com baixa renda, resguardando juridicamente a própria administração geral dos IFs e universidades em face aos órgãos de controle em termos da garantia formal da isonomia, então permitiu-se substituir aulas presenciais por aulas on-line. Essa abertura em grande escala foi acompanhada da implantação de pacotes de serviços informacionais (como os da Google), estimulando a migração para plataformas com amplos recursos virtuais para a atividade educativa.

A implantação das “aulas virtuais” traz diversas consequências sociais, políticas e educacionais. O ensino ficou mais excludente para os estudantes, considerando as amplas condições sociais nas quais se inserem, cujas circunstâncias inviabilizam a aprendizagem não presencial, e apenas têm mitigadas suas restrições mais agudas, quando do acesso a algum programa assistencial nos padrões já conhecidos de focalização seletiva, instabilidade financeira e limitação operacional; o trabalho docente encontra-se subordinado a maiores desgastes físicos e mentais, considerado o maior esforço laboral implicado no processo pedagógico através das TICs, a inadaptação do ambiente e da dinâmica familiar – nas situações em que as funções serão realizadas remotamente – para operar o ensino fora da estrutura institucional; crescem as responsabilidades, cobranças e exigências em torno de servidores, docentes, técnico-administrativos (e terceirizados), como observou-se nos IFs.

O retorno às aulas presenciais tem se dado de forma heterogênea nas Instituições Federais de Ensino, sendo os Institutos Federais os que vêm sendo impelidos primeiro ao retorno coletivo presencial. Com a substituição dos métodos de luta e organização presenciais pelos virtuais, o movimento de docentes, técnico-administrativos e estudantes foi levado a uma atomização e imobilismo sem precedentes. A direção do SINASEFE, limitou as críticas ao ensino remoto no início da pandemia à preocupação da qualidade, mas não fez uma ampla campanha contra sua ampla aplicação em todos os IFs, subordinou-se à política burguesa do isolamento social, na prática, aceitou a aplicação do EaD. Assim como a imposição do EaD, o retorno presencial também está sendo determinado pelas reitorias e governo.

As pressões menores ao retorno presencial das Universidades, deve-se a como esse prolongamento expressa a adaptação aos cortes orçamentários. Em 2021, ante o corte e contingenciamento que inviabilizou o pagamento de contas básicas como energia elétrica, em algumas instituições, reitores alertavam que as universidades fechariam, caso fosse exigido o retorno presencial. É preciso compreender que o prolongamento do EaD não se deve apenas a uma medida de proteção sanitária, mas, fundamentalmente, a uma adaptação burocrática e corporativa ao estrangulamento orçamentário que fez com que a imensa maioria das instituições não realizasse reformas e ampliação em suas estruturas para possibilitar maior distanciamento entre as pessoas, circulação e filtragem de ar, e, muito menos, contratação de mais docentes para garantir turmas menores. Todas as adaptações confluíram com o projeto privatista, excludente e destruidor da Educação. Não poderia ser diferente diante da total ausência do movimento universitário organizado, valendo-se dos métodos presenciais de luta, com greves, bloqueios, ocupações e manifestações massivas.

d) REUNI Digital, hibridização e tendências da incorporação do EaD nas INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR

Em outubro de 2021, o MEC apresentou o Programa Reuni Digital, por meio do qual pretende criar, até 2024, nas Universidades Federais, 1,6 milhão de vagas de ensino superior a distância. A proposta inclui a criação de uma Universidade Federal Nacional de Educação a Distância. Afirma-se que, assim, seria possível cumprir a meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, que estabelece que as instituições públicas deverão contabilizar 40% das novas matrículas em educação superior.

Atualmente, o sistema público de educação abrange apenas 24,2% dos universitários. No EaD, a concentração das vagas na rede privada é ainda maior, sendo que a oferta pública corresponde a 6,4%. O governo usa os dados sobre a expansão do EaD na rede privada, que já alcança 50,7% das vagas, para criar um espírito de competição em que as públicas deveriam buscar o mesmo patamar. Não falta a cobertura democratizante que afirma que essa seria a via para inserir mais estudantes pobres e trabalhadores.

O REUNI Digital também propõe a inserção, nos currículos das licenciaturas, a formação na docência online e a realização de estágios online na Educação Básica. No ensino superior, permite o estágio docência online para os pós-graduandos. Já se prevê também a elaboração de estudos sobre as formas de contratação e remuneração aos tutores de EaD. O EaD forjado sob o governo Lula, por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB), remunera os tutores por meio de bolsas. Com o alargamento dessa categoria precarizada, o governo busca institucionalizar a fragmentação da categoria docente.

Uma das movimentações operadas, no momento, é para que haja um novo marco regulatório da educação que quebre a separação entre modalidades de ensino presencial ou a distância, garantindo uma maior flexibilização, hibridização e possibilidade de trânsito dos discentes entre várias formas em suas “trilhas de aprendizagem”. Pretende-se, assim, uma formação ainda mais esvaziada e fragmentada, oculta sob os lemas dos organismos internacionais, já amplamente aplicados na Educação Básica, de desenvolvimento de habilidades e de competências, foco no “aprender a aprender” e na farsa da autonomia discente.

Não é de hoje que as legislações educacionais impulsionam a “hibridização” na Educação Básica e Superior. Além de aprovar a Reforma do Ensino Médio, o governo Temer, emitiu a Portaria n. 2.177/2019 que permite até 40% de carga horária a distância nos cursos presenciais. Após a experiência massiva de implantação do EaD, o governo e as reitorias pretendem que essa realidade se torne cada vez mais presente no cotidiano pós-pandemia.

É preciso erguer, desde já, um forte movimento de combate ao EaD, o que só pode se dar com um programa de expropriação sem indenização das empresas que lucram com esse negócio. Esta tarefa é parte da defesa da estatização de toda rede privada de ensino e criação de um sistema único, público, gratuito, laico, científico, vinculado à produção social e controlado pelos que estudam e trabalham.

e) aumento da ingerência do governo federal nas Instituições Federais de Ensino

Nos Institutos Federais, à revelia dos interesses e das necessidades de suas comunidades, apenas para atender a oligarquias regionais, expressas partidariamente no chamado “Centrão, o governo Bolsonaro” tem ingerido por meio dos projetos de desmembramento da rede federal. Para esses casos, o governo não vê problema em ampliar os gastos com cargos burocráticos decorrentes das novas divisões. Além disso, propagandeia a criação de novas instituições que, na prática, já existem, com finalidades eleitoreiras.

Nas Universidades brasileiras nunca se vivenciou de fato a autonomia universitária. A ingerência do Estado é rotineira, inclusive o movimento universitário tem, no geral, uma compreensão distorcida da autonomia como um princípio legal, constitucional, que apenas deveria ser aplicado, distanciando-se das trajetórias de lutas latino-americanos que ergueram, desde 1918, em Córdoba, Argentina, a defesa da autonomia como autogoverno da comunidade universitária, com a participação decisiva do corpo estudantil nos rumos da instituição, canal que possibilitaria aproximar as Universidades das massas trabalhadoras.

O fato de nunca termos tido autonomia real não anula a constatação de que nunca tivemos tão pouca autonomia, mesmo que formal. Se em governos anteriores a via prioritária de transmissão dos planos da burguesia, seu Estado e do imperialismo passava pelas burocracias universitárias – que se dobram a cada sistema de avaliação, formas de financiamento e legislações que afrontam a autonomia –, atualmente o governo tem ingerido cada vez mais diretamente na nomeação de reitores e regulamentações sobre o preenchimento dos cargos da burocracia universitária. Já são 24 reitores de IFES que foram empossados por Bolsonaro sem que fossem os mais votados por suas comunidades. A ingerência está ligada, por um lado, à campanha ideológica do governo, que torna a Educação e a Ciência inimigos a serem combatidos. A repressão interna se dá por meio de patrulhamento (e mesmo militarização) das instâncias universitárias, fortalecimento do serviço de inteligência e a punições exemplares a estudantes e docentes com atuação política. Essa ofensiva ideológica tem como finalidade facilitar ainda mais a implantação acelerada de medidas privatistas e de ajuste fiscal, pois acompanha a restrição aos concursos, sobrecarga dos atuais servidores e criação de novas formas de intensificação e controle do trabalho de docentes e técnicos.

A nomeação dos interventores exige a resposta unificada do movimento das Instituições Federais de Ensino pela expulsão dos reitores que não foram os mais votados pela comunidade. Nossa luta não pode parar aí. É preciso que o SINASEFE incorpore em suas bandeiras a compreensão da autonomia como autogoverno da comunidade. Assim, além de defender o fim da lista tríplice e eleição direta, é fundamental defender que as universidades e institutos federais devem ser controlados por quem estuda e trabalha, por meio do co-governo tripartite, de estudantes, professores e técnico-administrativos, subordinado à Assembleia Geral da comunidade escolar, com voto universal.

f) conversão das IFES em espaços mais elitistas e excludentes

O Ensino Superior no Brasil sempre foi marcado pelo caráter elitista e excludente. Em seu desenvolvimento, houve uma ampliação do quadro de discentes e, até mesmo, alterações em sua composição a partir da aplicação da Lei de Cotas. Mesmo com essa trajetória, o percentual de jovens de 18 a 24 anos no Ensino Superior é de apenas 18,1%. Segundo os dados do INEP, dos 8,6 milhões de estudantes do ensino superior, 75,8% estão em instituições privadas.

Se, nos governos petistas, em nome da “democratização” favoreceu-se enormemente as corporações de ensino privado, por meio do ProUni, FIES e outras formas de transferência de recursos públicos ou isenção de pagamento de tributos, sob o governo Bolsonaro, seus ministros falam, sem pudor, que a universidade deve sim ser para uma elite, para poucos. Ao mesmo tempo em que o cenário de crise econômica e pandêmica tem um impacto devastador na vida dos estudantes, cujas famílias sofrem com a mortandade, queda na renda, desemprego e elevação do custo de vida, as medidas de assistência estudantil encolhem, criando novos obstáculos para se atingir os critérios necessários, ou seja, avança a focalização e a seletividade. A retenção e evasão se agigantam. E, mesmo que as políticas de cotas tenham distribuído as vagas existentes de maneira a agregar uma pequena parcela da juventude negra, indígena e pobre, a permanência e a conclusão do curso tornam-se cada vez mais difíceis. A ofensiva ideológica encobre esse movimento e deve se manifestar nos debates sobre a Lei de Cotas que completou dez anos, prazo em que deve ser reavaliada. O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) também tem sido alvo da intervenção bolsonarista e as duras condições enfrentadas pela juventude pobre sob a pandemia, somada à ausência de perspectivas de conseguir um emprego condizente com a formação universitária, tem levado a quedas significativas no número de inscritos. Diante disso, é preciso reconhecer que a política de cotas não é suficiente para enfrentar o racismo e garantir o acesso da juventude pobre ao ensino superior.

O SINASEFE precisa propagar sua defesa de acesso irrestrito ao Ensino Superior, com o fim dos exames de ingresso. Isso se liga com a defesa da expropriação da rede privada de ensino, sem indenização, e a incorporação dos docentes e discentes a um sistema integralmente público e gratuito. É parte do financiamento integral a garantia do direito de permanência estudantil. As Assembleias Gerais dos Institutos Federais (servidores, estudantes e terceirizados) devem calcular o que é necessário do ponto de vista da moradia, da alimentação, do transporte e de outras despesas e organizar um forte movimento para conquistar este orçamento. É preciso também defender emprego à juventude, com jornada compatível com os estudos.

2) Lutar para derrubar e enterrar a Contrarreforma administrativa e revogar a Emenda Constitucional 95 (do teto dos gastos), a Reforma Trabalhista e a Previdenciária

Nos últimos anos sofremos grandes derrotas, dentre as quais se destaca a aprovação da Reforma Trabalhista e a Reforma Previdenciária. Ambas as derrotas se deveram a grandes traições das centrais sindicais que desviaram a luta para o terreno jurídico-parlamentar e eleitoral. No caso da Reforma Trabalhista, os trabalhadores mostraram disposição de luta na greve geral de 28 de abril de 2017, mas as centrais sindicais não deram continuidade e a brutal destruição de direitos trabalhistas foi aprovada menos de três meses depois, sem a resistência coletiva dos explorados. A implementação da reforma foi combatida isoladamente por algumas categorias, mas, sem uma ação coordenada, a regressão nas antigas conquistas se impôs. Isso deixou a burguesia mais à vontade para estender as novas formas mais precárias e desprotegidas também para o funcionalismo público.

Seguindo o mesmo modelo de convocatória de manifestações e ações midiáticas de pressão parlamentar, com o mote eleitoral do “se votar, não volta”, as centrais e os sindicatos foram responsáveis pela aprovação da reforma da previdência, sem que houvesse um combate à altura do ataque que fez com que os trabalhadores contribuam mais, por mais tempo, sem a garantia de que conseguirão usufruir da aposentadoria antes de morrer.

É preciso aprender com esse percurso. O movimento dos servidores dos IFs e do funcionalismo está diante de um profundo ataque. A Reforma Administrativa (PEC 32) destruirá de vez a estabilidade do servidor público, criará novas divisões com várias modalidades de trabalho precário. A direção do SINASEFE, junto a outras categorias que se agrupam no Fórum Nacional de Servidores Federais (FONASEFE) quer fazer crer que com ações midiáticas, virtuais e com a ação de delegações que pressionem os parlamentares em aeroportos e corredores do Congresso Nacional será possível impedir a marcha da destruição do serviço público.

No presente momento ainda alimentam a ideia de que sem luta, por meio da eleição de Lula, será até mesmo possível reverter a aprovação da contrarreforma trabalhistas. Trata-se de uma farsa, a direitização da política burguesa, ante o cenário de crise econômica mundial, impõe que qualquer que seja o governo eleito, ele se comprometa com as contrarreformas.

As contrarreformas, Trabalhista, Previdenciária, Administrativa, não são ação isolada deste ou daquele governo. Não são medidas de um governo “genocida”, como querem fazer crer as esquerdas eleitoreiras. As contrarreformas são parte da política do capital financeiro para os países atrasados no momento de profunda crise econômica do capitalismo mundial.

Os servidores públicos, a classe operária, o conjunto dos trabalhadores e da juventude não têm perspectivas positivas para os próximos meses e anos se não adotarem os métodos da ação direta, da luta massiva nas ruas e em uma profunda unidade contra os governos e os capitalistas. O isolamento das poucas lutas presenciais, a fragmentação das categorias tem levado ao rebaixamento salarial, à destruição de direitos e ao desemprego em massa.

A direção do SINASEFE precisa abandonar essa política de pressão parlamentar e de aposta eleitoral e confiar na força dos professores, estudantes e conjunto dos trabalhadores dos institutos e das universidades para fazer frente à PEC 32. Se não nos apoiarmos na organização das assembleias presenciais, na mobilização das bases, na construção das greves, seremos derrotados.

3) Erguer a luta pelos salários, corroídos pela alta do custo de vida e o arrocho salarial

Desde 2017, os servidores públicos federais estão sem reajuste salarial, além disso carregam perdas salariais desde 2011, acumulando uma defasagem salarial de 49,28%. Mesmo assim, nos últimos anos não houve verdadeiras campanhas salariais. O ministro da Economia, Paulo Guedes, chegou a elogiar o “patriotismo” com o qual os servidores públicos aceitaram o congelamento de salários, sem nem mesmo reclamar. Em fala de 13 de novembro de 2020, ele disse: “Os salários estavam muito acima da média do setor privado, e o funcionalismo, com patriotismo, porque não houve grandes reclamações, aceitou essa contribuição de não pedir aumento durante este ano de pandemia e o ano que vem, quando estaremos ainda com o efeito devastador sobre as finanças públicas”.

O pacto de aceitar com patriotismo o congelamento salarial foi rompido apenas quando Bolsonaro anunciou que daria um aumento para os policiais federais. Imediatamente, o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) exigiu reposição salarial e recomposição das carreiras. E, diante da movimentação, o FONASEFE, integrado também pelo SINASEFE, passou a bradejar a possibilidade de uma greve por reposição salarial.

A ausência de construção dessa greve pelas bases indica uma distância enorme entre os discursos e as ações. Caso o objetivo seja apenas frustrar a reposição da polícia federal e garantir uma “isonomia” no congelamento salarial, o movimento está no caminho certo. Alas do próprio governo passaram a se opor ao aumento aos policiais, para não haver uma escalada de reivindicações. Porém, se o objetivo das entidades sindicais é garantir a reposição das perdas inflacionárias, primeiro é preciso explicar por que, se as perdas são calculadas em 49,28%, o FONASEFE reivindica um índice emergencial de 19,99%, protocolado em 18 de janeiro no Ministério da Economia, correspondente apenas ao período de 2019 a 2021. Isso já é um mau começo. Mais do que isso, se esse é o objetivo, é preciso recuperar nossas formas presenciais de deliberação e de luta. Convocar as assembleias, comitês e preparar uma poderosa greve do funcionalismo pela reposição salarial integral, pela revogação da EC95 e contra a reforma administrativa e pela pauta específica da Educação.

Diante desses imensos ataques que atingem as Instituições Federais de Ensino, funcionalismo e trabalhadores em geral, a Corrente Proletária na Educação propõe as seguintes resoluções:

- Que o SINASEFE combata o Projeto “Future-se” e toda forma de privatização interna, exigindo o financiamento estatal integral dos IFs e de toda rede federal de ensino, conforme o orçamento calculado pelas assembleias unificadas de estudantes, professores e técnico-administrativos.

- Que o SINASEFE combata o EaD com um programa de expropriação sem indenização das empresas de educação e tecnologia. Esta tarefa é parte da defesa da estatização de toda rede privada de ensino e criação de um sistema único, público, gratuito, laico, científico, vinculado à produção social e controlado pelos que estudam e trabalham.

- Que o SINASEFE agregue à luta pelo fim da lista tríplice, eleição direta e nomeação dos reitores mais votados, a defesa de que os Institutos Federais e Universidades devem ser controlados por quem estuda e trabalha, por meio do co-governo tripartite, de estudantes, professores e técnico-administrativos, subordinado à Assembleia Geral dos que estudam e trabalham nos IFs, com voto universal.

- Ante a crescente elitização do Ensino Superior, que o SINASEFE defenda o acesso irrestrito ao Ensino Superior, com o fim dos exames de ingresso.

- Que o SINASEFE defenda emprego e educação a toda a juventude, com jornada compatível com os estudos. Essa defesa é parte da luta por emprego a todos por meio da divisão das horas de trabalho entre todos os aptos a trabalhar.

- Que o SINASEFE oriente as bases a retomarem as assembleias e comitês presenciais para construir as mobilizações e greves capazes de derrubar a PEC 32, revogar a EC 95 e a Reforma Trabalhista, e arrancar do Estado a reposição integral das perdas inflacionárias. Essa defesa é parte da luta por estabilidade a todos os trabalhadores, garantia de salários não inferiores ao salário mínimo vital e de direitos trabalhistas.

PLANO DE LUTAS DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO: REJEITAR E ELIMINAR O ENSINO A DISTÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO. REVOGAR AS CONTRARREFORMAS E LUTAR POR UM ÚNICO SISTEMA DE ENSINO, PÚBLICO, GRATUITO E SOB O CONTROLE DE QUEM ESTUDA E TRABALHA, FINANCIADO INTEGRALMENTE PELO ESTADO

Assim como os IFs e universidades federais foram alvos de ataques por parte do governo Bolsonaro, as universidades estaduais e municipais, também foram alvo de contundentes ataques por parte dos estados e prefeituras. A onda reacionária do governo federal foi aproveitada por governadores e prefeitos.

Destaca-se o arrocho salarial de docentes e técnicos que acumulam perdas tremendas em todos os estados. Só para ilustrar, na Bahia os salários estão congelados há sete anos, e o arrocho chega a 50%, segundo as Associações Docentes (ADs); nas paulistas, de acordo com a ADUNICAMP, após três anos sem revisão as perdas atingem 50%; no Ceará, a defasagem salarial é de 44% e já levam seis anos sem qualquer reposição; no Amazonas os professores estão sem “data-base” desde 2015; na Paraíba os professores acumulam perdas de 50,88%, nos últimos dez anos; em Pernambuco já são 8 anos sem qualquer reajuste e as perdas já ultrapassam os 50%; no Paraná os docentes não tem reposição salarial há seis anos e, em maio, as perdas devem chegar a 38%; no Rio Grande do Norte, de acordo com a ADUERN, as “perdas históricas somam mais de 200%”.

Por outro lado, os regimes próprios de previdência de estados e municípios foram alterados aplicando-se os parâmetros da reforma do regime geral (INSS) de Guedes/Bolsonaro/Congresso Nacional. Em alguns lugares piorando inclusive as restrições para acesso às aposentadorias e pensões e aumentado a contribuição de ativos e aposentados. Mesmo partidos que se opuseram à reforma da previdência do governo federal, aplicaram a medida nos estados, a exemplo do PT.

Da mesma forma, os cortes orçamentários reduzem drasticamente o financiamento, reproduzindo nos estados o “teto de gastos” imposto após o golpe que derrubou Dilma Rousseff, mas, também aproveitando a interrupção das aulas durante a pandemia e a ausência de qualquer movimento contra essas restrições. Na UEG (Goiás), por exemplo, o orçamento foi recortado pela metade.

Em face das restrições orçamentárias e financeiras os IFs, assim como as universidades estaduais e municipais, têm recorrido generalizadamente ao expediente de contratar professores substitutos por prazo determinado para suprir a carência provocada por aposentadorias, morte ou afastamento dos efetivos. Nos IFs, os substitutos recebem um salário muito menor para cumprir uma carga igual ou, muitas vezes superior à dos efetivos. Isso representa a precarização do trabalho docente. O SINASEFE deve exigir salários e direitos iguais para trabalho igual, com imediata efetivação dos professores substitutos.

Os ataques à autonomia das instituições de ensino ocorrem em quase todos estados chegando-se, no caso do Paraná à aprovação de uma lei específica para as universidades (Lei Geral das Universidades – LGU) que, além de reduzir drasticamente o quadro de docentes e técnicos, ataca a autonomia acadêmica e altera a natureza jurídica das universidades. Em outras, o movimento docente celebrou como uma grande conquista a aprovação de uma lei de “autonomia financeira” (RN) no molde das paulistas. A autonomia financeira é uma proposta do Banco Mundial para a educação básica, transposta para as universidades, cujo objetivo é a desresponsabilização do financiamento da universidade pública pelo Estado. A autonomia financeira não é da comunidade universitária, mas irá favorecer a alta burocracia universitária. A burocracia universitária, essa sim, manejará com maior liberdade os recursos das universidades ao seu bel prazer. De resto, esse tipo de regramento não garante sequer o repasse “correto” dos percentuais definidos, como está ocorrendo, por exemplo, em Goiás, onde o orçamento definido para o ano de 2022 é de apenas 50% do que corresponderia segundo a Constituição estadual.

A autonomia dos Institutos Federais e universidades significa o autogoverno da comunidade universitária, e é incompatível com a estrutura atual que subordina a alta cúpula (reitorias) aos governos. Nessa medida, celebrar supostas leis de autonomia, contribui para mistificar o verdadeiro sentido da autonomia, em cujo centro está a decisiva participação dos estudantes no comando das instituições. O movimento dos servidores dos IFs, não soube se opor a estes ataques, pois como toda a burocracia sindical, as seções do Sinasefe e direção nacional se refugiaram no mundo virtual e fizeram eco à política burguesa do isolamento social (fique em casa). Política esta, que conduzida pelo patronato e pelo Estado, não foi capaz de proteger a vida das massas, garantindo o isolamento apenas para pequenas camadas das classes médias abastadas e burguesia.

A defesa coerente da autonomia universitária exige a substituição do poder da burocracia dos IFs pelo governo tripartite subordinado à Assembleia Geral dos que estudam e trabalham nos Institutos, que delibera pelo voto universal. Mas, exige também que todo o sistema privado de ensino seja estatizado e se constitua um único sistema público e gratuito, controlado pelos que estudam e trabalham, que dê acesso a todos os jovens sem restrições.

Dentre as agressões às instituições de ensino perpetradas no último período se destaca a tentativa de um deputado bolsonarista do estado do Rio de Janeiro que apresentou projeto de lei extinguindo a UERJ. É a manifestação de uma tendência reacionária que se expressa de diversas formas – partindo do núcleo do governo – e tem como alvo a ciência e as universidades. Sem chegar a esse extremo, outras associações patronais também manifestam seu desprezo pelas universidades e defendem o seu enquadramento a uma lógica de funcionamento gerencial.

Outra séria ameaça às instituições de ensino foi a generalizada adoção do EaD – com diversas denominações para camuflar essa excrescência – durante a pandemia. Os setores privatistas aproveitaram para avançar e estruturar os sistemas de ensino virtuais e conseguiram a adesão de muitos docentes, que hoje reforçam a pressão para ampliar essa modalidade dentro dos currículos. Esse avanço significa a destruição da escola e subordinação das universidades públicas às corporações que monopolizam os recursos informáticos e telemáticos. Tampouco neste caso, o movimento dos IFs conseguiu se contrapor, pois na medida que adotaram a orientação burguesa do “fique em casa” não tiveram outro espaço para a crítica que não fosse o âmbito virtual. A nova onda de contaminações, provocada pela variante ômicron reacendeu, mesmo nas instituições que já retornaram ao ensino presencial, a defesa do EaD para que, corporativamente, os docentes possam permanecer “em casa”, adaptando-se de forma corporativa ao quadro de cortes orçamentários e avanço do privatismo.

Resoluções ao 34º CONGRESSO DO SINASEFE:

- Que o SINASEFE faça a campanha da estatização de toda a rede privada e constituição de um único sistema público e gratuito de ensino, sob controle de quem estuda e trabalha.

- Que o SINASEFE defenda a substituição da burocracia institucional pelo governo tripartite (de estudantes, professores e técnico-administrativos) subordinado à Assembleia Geral dos que estudam e trabalham nos IFs, que delibera pelo voto universal.

- Exigir do Estado o financiamento integral dos IFs e Universidades públicas conforme orçamento aprovado pelas Assembleias Gerais.

- Que o SINASEFE faça uma campanha por salário e direitos iguais para trabalho igual e defender a efetivação dos atuais professores substitutos.

- Pela luta unitária para impedir e revogar as contrarreformas da previdência nos municípios, estados e país.

- Rejeitar o avanço do EaD nas Instituições públicas de ensino estaduais, municipais e federais. Construir os comitês e assembleias presenciais, em conjunto com os técnico-administrativos e estudantes, para organizar a luta por condições de trabalho e estudo.

POLÍTICA SINDICAL: PELA UNIDADE POLÍTICA E ORGANIZATIVA DOS TRABALHADORES. COMBATER A POLÍTICA DIVISIONISTA E TRABALHAR PELA CONSTRUÇÃO DE UM CONGRESSO DE UNIFICAÇÃO DE TODAS AS CENTRAIS SINDICAIS

Durante os últimos dois anos, o SINASEFE mergulhou na mesma política adotada pela quase totalidade dos sindicatos e centrais: isolamento social, “fique em casa” e atuação restrita ao mundo virtual, tudo supostamente em nome da ciência. Só alterou essa orientação a partir de maio de 2021 para somar-se à campanha do “Fora Bolsonaro/impeachment” e, no final do ano, pressionando parlamentares no aeroporto de Brasília e no Senado a não aprovarem a Reforma Administrativa. Mesmo assim, tratou-se de uma limitada ação de vanguarda, não tendo como alicerce a mobilização das bases em assembleias, manifestações e outras formas de ação próprias do movimento.

A CSP-Conlutas, central que o SINASEFE deixou de construir a partir do último Congresso, acompanhou a orientação das outras centrais e onde/quando os trabalhadores deram o combate, nas greves da Renault e dos Correios, na mobilização contra o fechamento da FORD e da LG, não soube erguer uma orientação classista de ampliar e generalizar o enfrentamento, deixando os trabalhadores à mercê da pressão patronal ou defendendo os acordos de indenização. A CSP-Conlutas também se apresentou dissolvida junto às outras centrais no “Fora Bolsonaro”, estratégia de substituir um governo burguês por outro. É bom lembrar que a CSP-Conlutas, assim como as demais Centrais mais à direita, aprovaram em suas bases a redução salarial, por meio da MP 936, não combatendo este mecanismo de redução do valor da força de trabalho, colaborando concretamente com o governo de Bolsonaro/Guedes e com os capitalistas, protegidos economicamente no período da pandemia.

A saída do SINASEFE da CSP-Conlutas para constituir o “Fórum Sindical, Popular e de Juventude por Direitos e Liberdades Democráticas” resultou em maior fragmentação do movimento sindical. Sem poder atuar no interior de uma Central e lutar por uma política de independência; subordinou-se, portanto, às decisões das Centrais que a própria direção sindical caracterizou como burocráticas, seja de esquerda ou de direita. Os argumentos para saída da CSP-Conlutas era que a central não estava servindo para organizar o movimento dos IFs, mas o que foi observado com mais de dois anos no Fórum é que este espaço se mostrou praticamente inexistente – não organizou plenárias presenciais que expressasse a defesa da vida dos explorados quando mais foi necessário, sob os ataques dos governos e patrões diante da pandemia. Assim, vimos e sofremos com mais uma divisão sindical aventureira no meio sindical, assim como foi a criação da CSP-Conlutas. É importante que o SINASEFE faça um balanço da saída da CSP-Conlutas para ficar no vácuo de um Fórum que não serviu para impulsionar a luta dos servidores dos IFs. Deve realizar um balanço crítico de como a fragmentação e o enfraquecimento organizativo e político do conjunto dos trabalhadores foram também o resultado de seu apoio na criação de uma nova central, em vez do combate à estatização e burocratização da CUT.

A divisão e a fragmentação organizativa e política dos oprimidos servem à burguesia que atua unificada contra as condições de vida da maioria. São os reformistas e os burocratas que dividem os sindicatos, que fracionam os movimentos para conseguir seus interesses imediatos, seja como camarilhas corrompidas, seja como oportunistas eleitoreiros, que subordinam os sindicatos ao Estado. Os revolucionários atuam para a unidade política e organizativa dos explorados, atuam para a constituição de uma única central de todos os trabalhadores. O que não se confunde com a defesa da CUT, mas reconhece a existência desta e de outras Centrais como organismos que ainda concentram o conjunto dos trabalhadores e da classe operária sindicalizados.

É preciso compreender que estas capitulações e este estilhaçamento do movimento sindical correspondem à adaptação das burocracias sindicais à flexibilização capitalista do trabalho, mais recentemente expressa na reforma trabalhista e na lei de terceirização. Com menor margem para alcançar migalhas e realizar as “negociações”, a burocracia sindical não consegue manter a centralização política, favorecendo mais divisões. Nos últimos dois anos, percebeu-se claramente a necessidade de a classe operária (que atuou nas greves e mobilizações na Renault, Volks, Ford, LG) encontrar uma centralização política para enfrentar os ataques unitários dos capitalistas. As greves isoladas abriram caminho para o aumento do desemprego, do rebaixamento salarial e da perda de direitos. A defesa de

um programa de reivindicações, da independência política, da unidade do movimento operário em uma única central e da democracia sindical se choca com a política da burocracia sindical.

Para se contrapor à política divisionista, a bandeira de “Congresso de Unificação de todas as centrais”, e a consigna de “unidade política e organizativa do conjunto dos trabalhadores” é que devem se projetar. Defender uma Central contra a outra, ignorando o sentido histórico de “frente única” que toda central e sindicato devem ter e ignorando o papel concreto que cada central, com as particularidades que têm, assumiu no último período (seja por incapacidade organizativa ou por política colaboracionista) é desarmar novamente a classe e deixar o espaço aberto para mais traições e derrotas.

Diante disso, a Corrente Proletária na Educação defende como resoluções ao 34º Congresso do SINASEFE:

- Opor-se ao divisionismo sindical, face oposta, mas irmã, do burocratismo sindical, avaliando que as divisões do passado devem ser combatidas com a defesa atual da unidade organizativa e política de todos os trabalhadores do país;

- Rejeitar qualquer nova divisão em relação aos sindicatos ou às centrais, compreendendo que o movimento dos servidores é parte do movimento geral dos trabalhadores e não pode ficar isolado;

- Lutar pela realização de um Congresso de Unificação de todos os trabalhadores do país, a partir de suas reivindicações elementares, da democracia e dos métodos próprios da classe operária.

- Que o SINASEFE se posicione por um congresso da CSP-Conlutas que tenha por objetivo discutir e decidir sobre a defesa de uma única central classista, independente e democrática.

RESPONDER À MERCANTILIZAÇÃO E À DESTRUIÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL COM A BANDEIRA DE EXPROPRIAÇÃO DA REDE PRIVADA SOB CONTROLE OPERÁRIO

A pandemia expôs, de modo dramático, a precariedade do Sistema Único de Saúde (SUS) e o privilégio da alta classe média que tem acesso à medicina privada de qualidade. Expôs que a hipertrofia do sistema privado ocorre às custas do sucateamento do SUS e que essa é a política efetiva do estado burguês.

Assim como a Reforma da Previdência de Guedes/Bolsonaro/Congresso Nacional, o desmonte dos serviços de saúde, além de servir à privatização de setores em que o capital pode se valorizar, serve para destruir forças produtivas, ou seja, destruir parte da força de trabalho que é a principal força produtiva.

As medidas restritivas à previdência social, desde os anos 1990, decorreram das crises enfrentadas pelo país, à medida que sua economia era afetada pela crise geral do capitalismo. As contrarreformas previdenciárias, perpetradas desde então, são expressões modelares e explícitas da espoliação e mercantilização, deflagradas pelas necessidades de valorização do capital fictício. A ofensiva contrarreformista, com o acúmulo de contradições econômicas colocadas pela crise econômica, havia deflagrado mais uma etapa com a aplicação das Medidas Provisórias nº 664 e 665, de 30 de dez. 2014, que restringiram o seguro-desemprego, seguro defeso e outras medidas de proteção. E o seu aprofundamento se deu, com largas repercussões para a superexploração da força de trabalho, pela aprovação da Reforma da Previdência de Guedes-Bolsonaro-Congresso. De uma parte, a ofensiva contra esse direito de proteção ocorre, portanto, pela restrição do acesso e usufruto da previdência social pública, agravados pela contrarreforma previdenciária; igualmente, tal processo opera com o fomento estatal direto à acumulação de capital através dos fundos privados para previdência, que se materializa no exemplo da experiência de criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp) e o amplo estímulo para o crédito consignado.

Nessa Política, os efeitos da crise, e da resposta capitalista ao problema da queda da taxa de lucros, têm se expressado, já há algum tempo, pelo assédio da mercantilização, que avança, seja pela via dos cortes de recursos para alimentar o capital financeiro, seja pela abertura de novas fronteiras para a acumulação, em geral através de quatro frentes associadas. Primeiro, com o maior parasitismo do Estado pelas empresas do setor da saúde, que opera através de uma miríade de vias abertas para a valorização do capital das indústrias e serviços privados de saúde, garantida, direta ou indiretamente,

pela demanda e os recursos público-estatais. Esse parasitismo, usualmente, aparece na forma das renúncias, desonerações e isenções de tributos do Estado que beneficiam esse mercado, mas também com o seu patrocínio direto. Segundo, com o as redefinições jurídico-políticas estatais para ampliação e subsídio do mercado da Saúde, que são viabilizadas por acordos internacionais, normativas e legislações sancionando o empenho do Estado em flexibilizar e subsidiar os processos de acumulação do setor privado. Terceiro, as reconfigurações político-normativas direcionadas para a restrição e focalização seletiva da atenção público-estatal à Saúde. Por último, esses ataques estão equalizados, tanto com o avanço das operadoras dos planos para as faixas de renda mais baixas, quanto com a abertura de nichos de acumulação, tais como os colocados pela proliferação das Clínicas Populares, que passam a ser objeto de especulação de grandes investidores financeiros. E associa-se às modalidades de privatização fomentadas pelas contratualizações de serviços privados e à entrega da gestão às entidades com personalidade jurídica de direito privado, a exemplo das Organizações Sociais (OS), Fundações Estatais de Direito Privado (FEDP) e Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

A crise econômica, associada e intensificada pela pandemia, com suas sequelas sociais mais degradantes e explosivas, afetam diretamente a Política de Assistência Social. Em primeiro lugar, inflando, de súbito, as fileiras de pessoas miseráveis, e a gravidade dos dramas humanos, encarados, por essa Política, como seus “público-alvo” e universo de demandas a serem atendidos. Nesse caso, os determinantes da crise associam-se às respostas político-econômicas capitalistas, configurando um quadro ignóbil, que pesa sob uma massa enorme de desempregados. A Assistência Social encara a degradação das condições objetivas de trabalho, atendimento e oferta dos programas, projetos, serviços e benefícios nas unidades socioassistenciais e na gestão, colocados pelos cortes orçamentários; o atrofiamento das respostas público-estatais ao pauperismo, que adquire relevo com a crescente centralidade dos Programas de Transferência de Renda, matizados pela focalização seletiva, em face dos serviços e da racionalização do Sistema Único de Assistência Social, associada à imposição de mecanismos de controle da seleção econômica e da burocratização para o acesso aos benefícios, além da instabilidade da sua própria oferta de benefícios e residualidade dos valores repassados – tendências expressas, não apenas durante a existência do Programa Bolsa Família (PBF), mas igualmente demonstradas na construção e implementação do Auxílio Emergencial, se projetando também para o Auxílio Brasil, criado em substituição ao PBF; e a radicalização (e/ou reposição) de padrões ideológicos e administrativos reacionários e solidaristas. Reforça-se a centralização (federalização) do monitoramento, o escanteamento e ataque aos mecanismos institucionais de “controle social” e o tradicional parasitismo das entidades assistenciais e filantrópicas (religiosas e empresariais) em relação aos recursos estatais.

Por detrás desse amplo desmonte, o que se manifesta é a crise capitalista que só pode ser superada – caso o capitalismo não seja liquidado revolucionariamente – destruindo maciçamente parte da riqueza já produzida, interrompendo a produção e jogando milhões de trabalhadores na rua da amargura. Avançam, em conjunto, os ataques à Seguridade Social (e demais políticas sociais), as privatizações, desnacionalizações, cortes e a militarização, articuladas como respostas das classes dominantes à crise, dirigidas para o acirramento da exploração.

Os serviços sociais (educação, saúde, previdência social, assistência social, transporte público etc.) são recursos mobilizados pelos Estados para garantir a reprodução de uma parte da força de trabalho que, na fase imperialista, não pode mais ser deixada por conta do próprio trabalhador, como era na fase concorrencial, pois a maior composição orgânica do capital provoca um incremento violento do exército de desempregados e da parte que nunca mais será empregada. Entretanto, o capital precisa eventualmente mobilizar uma parte desse exército de desempregados, de modo que se torna necessária a intervenção dos Estados para garantir que ao menos esses estejam aptos a entrar na produção, com um mínimo de instrução, saúde, moradia e alguma habilidade laborativa. Contudo, a profundidade da crise torna supérfluo um contingente cada vez maior de trabalhadores, cuja sobrevivência não tem nenhuma utilidade, podendo, portanto, morrer sem assistência.

O desmonte da seguridade social e de outras políticas sociais serve a essa finalidade. Parte considerável do orçamento público federal, especificamente para o Orçamento da Seguridade Social (OSS), é direcionado ao pagamento de juros e amortizações da dívida pública. Até 31 de dezembro de 2021, 50,78% do orçamento público federal foi desviado para o pagamento desta dívida. Do ponto de

vista dos trabalhadores, no entanto, a manutenção desses serviços faz parte das condições de sobrevivência dos explorados, junto aos empregos, aos salários e a outros direitos, daí compor a pauta de reivindicações de todos os sindicatos.

A luta contra o retrocesso em antigas conquistas, porém, não pode nos levar a defender que tais políticas de fato respondem aos problemas das massas. Esses problemas só poderão ser superados após a substituição da propriedade privada capitalista pela propriedade social, coletiva, o socialismo. Por isso, e para fazer a ponte com a necessidade da liquidação do modo capitalista de produção, além do combate às contrarreformas, uma luta apenas de “resistência”, defensiva, é necessário também defender um sistema único, de fato, para a saúde, assistência social e previdência social. A consigna de que “saúde não é mercadoria”, propagandeada por diferentes sindicatos, deve estar ligada necessariamente à bandeira de um sistema único de saúde, público, gratuito e sob o controle operário. O que só é possível com a luta pela estatização da rede privada de saúde, sem indenização. A contrarreforma da previdência e as diversas normatizações restritivas beneficiam a oferta de previdência privada por parte dos bancos, entregando ao capital especulativo as reservas de vidas inteiras de trabalho. É preciso defender um único sistema de previdência social custeado exclusivamente pelo patronato e pelo Estado.

Resoluções ao 34º Congresso do SINASEFE:

- Defesa de um sistema único de saúde, público, gratuito e sob controle operário. Estatização da rede privada de saúde, sem indenização.

- Defesa de um único sistema de previdência social, custeado exclusivamente pelo patronato e pelo Estado, sob controle operário.

- Defesa de um sistema único estatal de assistência social, custeado exclusivamente pelo patronato e o Estado, sob controle operário.

DEFENDER A VIDA DOS CAMPONESES POBRES, INDÍGENAS E RIBEIRINHOS CONTRA O LATIFÚNDIO E O AGRONEGÓCIO

Os dados de conflitos e mortes no campo alcançaram marcas históricas nos últimos anos. A olhos vistos, acompanhamos invasões de terras indígenas, ação de madeireiros, anistia de grileiros, conflitos com garimpeiros e violência contra camponeses sem-terra.

Segundo a Comissão Pastoral da Terra, em seu relatório publicado em maio de 2021, os conflitos por terra em 2020 chegaram a 1.576 ocorrências, envolvendo mais de 170 mil famílias. Mais de 58 mil invasões de terras ocorreram em territórios indígenas, muitos dos quais em áreas já demarcadas da Amazônia Legal, indicando que a grilagem de terras e a destruição da floresta aumentaram consideravelmente nos últimos anos, com o governo Bolsonaro. Entre os assassinados em conflitos no campo, os indígenas também correspondem a número importante: das 20 mortes em 2020, sete foram de indígenas.

Quando olhamos para os números de 2021, divulgados também nos relatórios e cadernos da Comissão Pastoral da Terra, verificamos que o conflito no campo apenas se intensificou. Os dados revelam que 418 territórios no país foram alvo desse tipo de violência nos primeiros oito meses de 2021. Desse total, 28% deles são territórios indígenas. Entre janeiro e novembro de 2021, foram registrados 26 assassinatos em conflitos no campo, implicando em um aumento de 30% em relação a todo o ano anterior.

Este aumento nos números corresponde ao avanço do agronegócio, da mineração, do extrativismo madeireiro e da garimpagem. Dois estados do Norte aparecem como campeões nos dados de destruição da floresta amazônica, de invasão de território indígena e de violência no campo: Pará e Rondônia. Ambos têm também sido campeões em exportações de matérias-primas e de agronegócio. Rondônia aparece como nova fronteira da pecuária, com quase 14 milhões de cabeças de gado bovino. Pará ficou em primeiro lugar na exportação de minerais. O crescimento destes setores significa diretamente destruição da floresta amazônica. Em 2021, o Pará liderou com 5.257 km², responsável por

39,72% da destruição, Rondônia com 1.681 km², responsável por 12,70% da destruição da floresta nativa, em terceiro lugar (atrás do Amazonas).

Essa realidade se combina com a desindustrialização do país. Enquanto mais de 400 mil empresas (de serviços e da indústria) fecharam em 2021, a agroexportação cresceu 4,1%, superando a marca de 100 bilhões de reais de receita. Entre 2013 e 2020, mais de 30 mil fábricas fecharam no país. Isso revela que as disputas entre as grandes potências imperialistas provocam o atraso e o retrocesso nas forças produtivas dos países semicoloniais. A economia atrasada potencia os setores mais reacionários e violentos da burguesia nacional. A consequência disso é maior violência no campo, com os conflitos envolvendo ribeirinhos, indígenas e camponeses pobres aumentando dia após dia. A violência no campo não fica restrita a ação dos latifúndios e de sua jagunçagem, mas é legitimada pelos governos federal e estaduais, como aconteceu recentemente, em outubro de 2021, no estado de Rondônia quando a Liga dos Camponeses Pobres (LCP) foi duramente atacada pela violência policial, como no Acampamento “Tiago dos Santos”.

O avanço do agronegócio ganha novos contornos com a institucionalização de regiões favorecidas pelos governos, a exemplo do corredor MATOPIBA, que abrange os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia e, mais recentemente, o corredor de agroexportação conhecido como Zona de Desenvolvimento Sustentável Abunã-Madeira (antiga AMACRO), que compreenderia regiões dos estados do Amazonas, Acre e Rondônia, abrindo uma nova fronteira agrícola, de ampla destruição da natureza, de violência contra os povos originários e voltado somente para a exportação.

A defesa da floresta, dos povos indígenas, dos ribeirinhos passa necessariamente pela política da Revolução Agrária, isto é, a defesa de que o problema da terra em nosso país semicolonial e atrasado só pode ser resolvido por meio de um levante geral das massas camponesas e indígenas contra o latifúndio, a grande propriedade fundiária e em aliança com o proletariado rural e urbano, como parte, portanto, da revolução social. A opressão nacional sofrida pelos povos indígenas deve ser enfrentada com a defesa da real autodeterminação, inclusive com o direito a constituírem seus próprios Estados e se federarem. O Estado burguês, no Brasil, se ergueu sobre o genocídio indígena e nunca expressará a real defesa da vida desses povos.

Cada uma das lutas dos camponeses pobres, dos indígenas e dos ribeirinhos deve ser apoiada pelo nosso sindicato, organizando a solidariedade ativa por meio das mobilizações, das denúncias e da organização dos comitês de luta.

Resoluções ao 34º Congresso do SINASEFE:

- Organizar, a partir das seções sindicais, os comitês de luta e solidariedade aos camponeses pobres, indígenas e ribeirinhos;

- Denunciar os crimes da burguesia do campo e da cidade, defendendo o Tribunal Popular para julgar e punir os crimes cometidos pelo latifúndio e pelo agronegócio;

- Reconhecer que o problema do campo não poderá ser resolvido nos marcos da democracia e do Estado burguês e que a posição programática de Revolução Agrária corresponde à defesa de expropriação do latifúndio, do agronegócio e das mineradoras, entrega de terras aos camponeses pobres e povos originários.

- Diante da opressão nacional exercida pelo Estado burguês, do Brasil, sobre as nações indígenas, defender a real autodeterminação dos povos originários, com o direito a criarem seu próprio Estado e se federarem, conforme sua livre vontade.

Assinam:

Verônica Maria do Nascimento – IFPE
Guilherme Augusto Vaz de Lima – IFPB
Emanuelle de Souza Barbosa - IFCE